



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

## Recurso Ordinário Trabalhista 0011390-19.2023.5.15.0001

Relator: WELLINGTON AMADEU

### Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 25/03/2025

Valor da causa: R\$ 56.099,32

#### Partes:

**RECORRENTE:** -----

ADVOGADO: AURELINO RODRIGUES DA SILVA

ADVOGADO: LUIS GUSTAVO TOLEDO MARTINS

**RECORRENTE:** -----

ADVOGADO: LUCIANA CRISTINA CAMPAGNOLI SOUSA MUTERLE

**RECORRENTE:** -----

ADVOGADO: LUCIANA CRISTINA CAMPAGNOLI SOUSA MUTERLE

**RECORRIDO:** -----

ADVOGADO: AURELINO RODRIGUES DA SILVA

ADVOGADO: LUIS GUSTAVO TOLEDO MARTINS

**RECORRIDO:** -----

ADVOGADO: LUCIANA CRISTINA CAMPAGNOLI SOUSA MUTERLE

**RECORRIDO:** ----- PAGINA\_CAPA\_PROCESSO\_PJE

ADVOGADO: LUCIANA CRISTINA CAMPAGNOLI SOUSA MUTERLE



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

4ª TURMA - 7ª CAMARA

PROCESSO nº 0011390-19.2023.5.15.0001

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO****EMBARGANTES:** -----, -----**ACÓRDÃO EMBARGADO:** Id fa7b9e1**RELATOR:** WELLINGTON AMADEU

MMR/acn

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração dos réus que aduzem, em síntese, que a decisão atacada padece de erros quanto às premissas adotadas no julgamento. Dizem que o V. Acórdão acolheu parte do apelo obreiro e condenou o polo passivo no pagamento de depósitos do FGTS referente à competência fevereiro/2022, todavia, o pedido foi limitado aos depósitos de junho e julho de 2021. Dizem que a alteração do pedido ocorreu em réplica. Sustentam que ao manter a decisão original com relação à multa do art. 477 da CLT, o V. Acórdão entendeu, como premissa, a incidência no caso de Tese Vinculante relativa à rescisão indireta do contrato de trabalho, sendo que restou mantido o pedido de demissão por parte do autor. Dizem omissão com relação aos documentos que demonstram o pagamento tempestivo das verbas resilitórias. Pedem a modificação do julgado.

O polo ativo foi intimado para se manifestar sobre eventual efeito modificativo em decorrência da apreciação dos declaratórios, e se manifestou à fl. 494 pela desnecessidade de impugnar os declaratórios.

É o relatório.

Conheço dos Embargos Declaratórios, pois preenchidos os requisitos legais de admissibilidade.

ID. 6c31116 - Pág. 1

**FUNDAMENTAÇÃO**

Assinado eletronicamente por: WELLINGTON AMADEU - 11/12/2025 20:53:44 - 6c31116

<https://pje.trt15.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25111720294252200000142382122>

Número do processo: 0011390-19.2023.5.15.0001

Número do documento: 25111720294252200000142382122



## MÉRITO

É oportuno registrar que, a teor do disposto nos artigos 897-A, CLT e 1.022, CPC, os Embargos Declaratórios são cabíveis quando a decisão judicial apresentar obscuridade, contradição, omissão ou, ainda, erro na aferição de pressupostos extrínsecos de cabimento do recurso.

Obscuridade há quando a decisão não se faz compreender, é ininteligível.

Existe omissão quando a decisão deixa de se pronunciar sobre um ou mais pedidos formulados na petição inicial, ou defesa, não sendo exigido, porém, que o Juiz rebata, um a um, todos os argumentos das partes, bastando, repise-se, que se pronuncie sobre as suas pretensões.

Ocorre contradição quando se decide de forma antagônica ao que se fundamenta. Propõe-se num sentido e decide-se no sentido oposto ao que o mesmo interlocutor se propusera.

No caso em tela, constato a ocorrência de erro de fato quanto à premissa adotada no julgamento do recurso.

Entende-se por erro de fato quando a sentença admitir um fato inexistente, ou quando considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido, conforme se extrai do § 1º do inciso VIII do artigo 966, CPC.

E o erro de fato quanto à premissa adotada no julgamento do recurso autoriza o manejo dos declaratórios, com efeito modificativo, consoante tem decidido reiteradamente o STF, STJ e TST.

No caso, ao apreciar o tema "*DIFERENÇAS DE FGTS*" (fl. 471), o V. Acórdão embargado de fato considerou a existência de pedido relativo aos depósitos do FGTS de fevereiro de 2022.

Trata-se de evidente premissa equivocada, uma vez que a causa de pedir de fl. 13 e o rol de pedidos de fl. 20 são claros no sentido de que a pretensão obreira somente diz respeito aos depósitos de junho e julho de 2021, não havendo pedido referente à competência fevereiro de 2022.



Por sua vez, a referência à ausência do depósito da competência FEV /2022 somente foi feita na réplica de fl. 354, sendo certo ser vedada à parte modificar a causa de pedir ou o pedido após estabilizada a lide.

Desse contexto e, constatada a ocorrência do alegado erro de fato quanto à premissa adotada no julgamento, resta autorizado o julgamento dos declaratórios, com efeito modificativo.

Diante do exposto, modifico o item "*DIFERENÇAS DE FGTS*" da fundamentação e a parte dispositiva do V. Acórdão embargado para excluir a condenação no pagamento dos depósitos de fevereiro de 2022 e, no tema, não prover o apelo obreiro.

Concernente ao tema "*MULTA DO ART. 477 DA CLT*" (fl. 477), sem razão os embargantes.

Na hipótese, como se extrai da fundamentação do V. Acórdão, a referência à Tese Vinculante n. 52, TST, foi utilizada como argumento em reforço à conclusão no sentido de que a controvérsia sobre a resilição contratual não afasta a incidência da multa.

Todavia, há de fato omissão com relação à alegação recursal de fl. 436 no sentido de que a verba não seria devida em razão do pagamento das resilitórias a tempo e modo, o que autoriza a complementação do julgado neste momento.

No caso, é fato que a decisão original não acolheu a tese de rescisão indireta, bem como reconheceu o pedido de demissão da obreira, com o término da relação de emprego na data de 17.8.2023 (fl. 396). Porém, a decisão em comento não acolheu a tese defensiva de dispensa por justa causa na data de 15.9.2023, conforme consignado no TRCT (fl. 170).

E a r. sentença "a quo" restou mantida nesse aspecto, conforme se infere do item "RESCISÃO INDIRETA" de fl. 472.

Logo, o pagamento das resilitórias, ocorrido em 18.9.2023 (fl. 172) se mostra extemporâneo, uma vez que não observado o decêndio legal, restando mantida a condenação na multa em comento.

Por conseguinte, sano a omissão constatada com relação ao tema multa do art. 477, CLT, para complementar a fundamentação do V. Acórdão nos termos acima, sem modificação do resultado do julgado.



Nessa esteira, faz-se desnecessária maior manifestação, estando as matérias devidamente analisadas e fundamentadas, inclusive para efeito de prequestionamento.

Saliento, ademais, não ser obrigação do magistrado rebater todas as alegações da parte, tampouco há de mencionar cada um dos dispositivos legais e constitucionais por elas citados, nos termos do entendimento da OJ n. 118, SDI-1, C. TST.

## DISPOSITIVO

**ISTO POSTO**, decido: **CONHECER** dos Embargos de Declaração opostos por -----, ----- e **ACOLHÊ-LOS EM PARTE** para, sanando erro de fato quanto à premissa adotada no julgamento do Recurso Ordinário do autor, modificar o item "DIFERENÇAS DE FGTS" da fundamentação e a parte dispositiva do V. Acórdão embargado para excluir a condenação no pagamento dos depósitos de fevereiro de 2022 e, no tema, não prover o apelo obreiro, bem como sanar omissão com relação ao tema "MULTA DO ART 477 DA CLT" e complementar a fundamentação do V. Acórdão, sem modificação no resultado do julgado, os termos da fundamentação.

**PROCESSO JULGADO EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025, NOS TERMOS DO ARTIGO 1º DA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 21/2015.**

**Presidiu Regimentalmente o julgamento o Exmo. Sr. Desembargador do Trabalho Carlos Alberto Bosco.**

**Composição:**

**Relator: Juiz do Trabalho Wellington Amadeu  
Juiz do Trabalho Mauro César Luna Rossi  
Desembargador do Trabalho Carlos Alberto Bosco**

Assinado eletronicamente por: WELLINGTON AMADEU - 11/12/2025 20:53:44 - 6c31116

<https://pje.trt15.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25111720294252200000142382122>

Número do processo: 0011390-19.2023.5.15.0001

Número do documento: 25111720294252200000142382122



**Convocado o Juiz do Trabalho Mauro César Luna Rossi na cadeira vaga pela aposentadoria do Desembargador Gerson Lacerda Pistori.**

ID. 6c31116 - Pág. 4

**Ministério Público do Trabalho: Exmo(a). Sr(a). Procurador(a) ciente.**

**ACÓRDÃO**

**Acordam os magistrados da 7ª Câmara - Quarta Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em julgar o processo nos termos do voto proposto pelo Exmo. Sr. Relator.**

**Votação unânime.**

**WELLINGTON AMADEU**  
Juiz Relator

**Votos Revisores**



Assinado eletronicamente por: WELLINGTON AMADEU - 11/12/2025 20:53:44 - 6c31116

<https://pje.trt15.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25111720294252200000142382122>

Número do processo: 0011390-19.2023.5.15.0001

Número do documento: 25111720294252200000142382122

